



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 33.309,
de 09/02/17, pg. 53

Antonio José Guimarães
Responsável

RESOLUÇÃO Nº 12.835

Processo : 201612042-00
Origem : Prefeitura Municipal de Baião
Assunto : Consulta acerca de qual forma deverá ser contabilizada a parcela de complementação do FUNDEB, que a União depositará para os Municípios no mês de janeiro de 2017, relativo ao mês de dezembro de 2016, correspondendo, portanto, à receita arrecadada em outro exercício financeiro, mas que em tese deverá ser contabilizada dentro do exercício financeiro de 2016, para fins de aplicação dos percentuais de 60% e 40% dos recursos do FUNDEB.
Interessado : Nilton Lopes de Farias – (Prefeito)
Representante : Sérgio Batista Imbeloni - (Contador)
Exercício : 2016
Relator : Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Consulta. Prefeitura Municipal de Baião. Amparada nos Artigos 297 a 299, do RITCM. Aprovar a resposta a consulta nos termos do voto do Relator.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão: **conhecer** a presente **consulta**, e **adotar** como resposta ao consulente, o **Relatório de Consulta nº 01/2016-4ª Controladoria**.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 24 de janeiro de 2017.

Mara Lúcia B. da Cunha
Conselheira **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Antonio José Guimarães
Conselheiro **Antonio José Guimarães**
Relator

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Sérgio Leão, Substituto José Alexandre da Cunha Pessoa e a Procuradora Maria Regina Cunha

WR



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201612042-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO : BAIÃO
INTERESSADO : NILTON LOPES DE FARIAS-PREFEITO
REPRESENTANTE : SÉRGIO BATISTA IMBELONI-CONTADOR
EXERCÍCIO : 2016

Trata-se de consulta formulada pela Prefeitura Municipal de Baião, com amparo nos arts. 297 a 299 do Regimento Interno desta Corte - RITCM-PA, pela qual requer manifestação desta Corte sobre a seguinte questão:

"Qual a forma que deverá ser contabilizada a parcela de complementação do FUNDEB, que a União depositará para os Municípios no mês de janeiro de 2017, relativo ao mês de dezembro de 2016, correspondendo, portanto, à receita arrecadada em outro exercício financeiro, mas que em tese deverá ser contabilizada dentro do exercício financeiro de 2016, para fins de aplicação dos percentuais de 60% e 40% dos recursos do FUNDEB?"

O Município de Baião encontra-se afeto a esta Relatoria, no exercício de 2016, mediante sorteio, nos termos do art. 63, do Regimento Interno vigente.

Os autos foram encaminhados, no permissivo do art. 300, § 4º, do RITCM-PA para juntada de eventuais precedentes deste TCM-PA e elaboração de parecer, o qual torno parte integrante do presente relatório:

É o relatório.

PROCESSO Nº : 201612042-00
INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
ASSUNTO: FUNDEB
RELATÓRIO DE CONSULTA Nº 01/2016-4ª CONTROLADORIA

RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Baião, representada por seu Procurador, Sr. Sérgio Batista Imbeloni, com amparo nos artigos 297, 298 e 299 do Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encaminhou consulta (fl. 01) pertinente à contabilização da verba referente à complementação do FUNDEB, conforme segue:

Qual a forma que deverá ser contabilizada a parcela de complementação do FUNDEB, que a União depositará para os Municípios no mês de janeiro de 2017, relativo ao mês de dezembro de 2016, correspondendo, portanto, à receita arrecadada em outro exercício financeiro, mas que em tese deverá ser contabilizada dentro do exercício financeiro de 2016, para fins de aplicação dos percentuais de 60% e 40% dos recursos do FUNDEB?



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201612042-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO : BAIÃO
INTERESSADO : NILTON LOPES DE FARIAS-PREFEITO
REPRESENTANTE : SÉRGIO BATISTA IMBELONI-CONTADOR
EXERCÍCIO : 2016

Das Considerações Preliminares

Preliminarmente cumpre analisar a regularidade da presente consulta, que para tanto, observada a competência do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, contida no artigo 1º, inciso XVI, da LC nº 084/2012, deverá o cumprir as formalidades insculpidas nos arts. 298 e 299, do RITCM-PA, abaixo transcritos:

Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1.º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - ser formulada por autoridade legítima;

II - ser formulada em tese;

III - conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares;

IV - versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.

Art. 299. Estão legitimados a formular consulta:

I - o Prefeito;

II - o Presidente da Câmara Municipal;

III - os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais;

IV - os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional;

V - as entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Assim, considerando que o solicitante cumpriu as exigências formais, opinamos pela ADMISSIBILIDADE da presente Consulta.

Do Parecer Técnico

Contextualização

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009.

Complementação

A Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007 que “Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, estabelece a possibilidade de que a Complementação da União, seja totalizada aos municípios até 31 de janeiro do ano seguinte, sendo assegurado o repasse de no mínimo 85% até 31 de dezembro de cada ano e a diferença até 31 de janeiro do exercício seguinte.

Art. 6º A complementação da União será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos recursos a que se refere o inciso II do caput do art. 60 do ADCT.

§ 1º A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201612042-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO : BAIÃO
INTERESSADO : NILTON LOPES DE FARIAS-PREFEITO
REPRESENTANTE : SÉRGIO BATISTA IMBELONI-CONTADOR
EXERCÍCIO : 2016

Regime Contábil

No que se refere ao regime contábil a ser utilizado para reconhecimento das Receitas, cabe salientar a peculiaridade da Contabilidade Aplicada ao Setor Público face às recentes atualizações na legislação pertinente, em função do processo de Convergência às Normas e Padrões Internacionais.

Em que pese as disposições contidas na Lei 4.320, de 1964, que em seu art. 35 determina que “pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas”, estabelecendo assim a adoção do Regime de Caixa para o reconhecimento da Receita, convém realçar que a aplicação de tal regime refere-se especificamente à execução orçamentária.

Quanto ao aspecto patrimonial, as receitas deverão ser reconhecidas pelo Regime de Competência conforme preceitua artigo 9º da Resolução 750/93 CFC alterado pela Resolução 1282/10 CFC em vigor até 31 de dezembro 2016, conforme abaixo:

Art. 9º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.

Nesse sentido convém registrar que Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP EC de 23 de Setembro de 2016 revoga a Resolução 750/93 a partir de 1º de janeiro de 2017, mas mantém o entendimento do reconhecimento da receita pelo Regime de Competência conforme os itens 1.1; 1.4 e 1.6 da referida Norma:

1.1- A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de competência. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicará estes conceitos no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e nas demais disposições aplicáveis à elaboração e divulgação dos RCPGs.

1.4- Os RCPGs são os componentes centrais da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a. Os RCPGs são relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral, não tendo o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.

1.6- Os RCPGs podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. Os RCPGs abrangem as demonstrações contábeis, incluindo as suas notas explicativas (doravante referido como demonstrações contábeis, a menos que especificado em contrário). Os RCPGs abrangem também a apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Contabilização

Ante o exposto, e considerando a Portaria STN 700/2014, que aprovou as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), segue o modelo de contabilização:

Pelo Reconhecimento do Direito relativo à Transferência a Receber

TÍTULO DA CONTA	NATUREZA DA INFORMAÇÃO
D – Créditos de Transferências a Receber	PATRIMONIAL
C – Variação Patrimonial Aumentativa	



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

29

PROCESSO Nº : 201612042-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO : BAIÃO
INTERESSADO : NILTON LOPES DE FARIAS-PREFEITO
REPRESENTANTE : SÉRGIO BATISTA IMBELONI-CONTADOR
EXERCÍCIO : 2016

Pelo Recebimento do valor (Exercício Seguinte)

TÍTULO DA CONTA	NATUREZA DA INFORMAÇÃO
D – Caixa e Equivalentes de Caixa	PATRIMONIAL
C – Créditos de Transferências a Receber	

Reconhecimento da Receita Orçamentária (Exercício Seguinte)

TÍTULO DA CONTA	NATUREZA DA INFORMAÇÃO
D – Receita a Realizar	ORÇAMENTÁRIO
C – Receita Realizada	

Da Utilização dos Recursos do FUNDEB

Salientamos que, conforme dispõe a Lei Federal 11.494/2007, os recursos recebidos pelo ente, relativos ao FUNDEB, deverão ser aplicados no exercício em que forem creditados, salvo, o valor equivalente a 5% do montante recebido, que poderá ser utilizado no 1º trimestre do exercício seguinte, mediante abertura de créditos adicionais, nos termos da Lei:

Art. 21. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º ...

§ 2º Até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos a conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

É importante ressaltar que o registro do direito a receber do ponto de vista patrimonial não permite que esses recursos sejam utilizados para a cobertura de restos a pagar inscritos no exercício, e nem podem ser utilizados para abertura de créditos adicionais, tendo em vista a vigência da Lei 4.320/64, que só considera como orçamentária a receita efetivamente arrecadada no exercício.

É o Relatório.

Belém-Pa, 14 de Dezembro de 2016.

Iranildo Ferreira Pereira
Analista de Controle Externo – TCM/PA

Alessandra Santos T. B. Coimbra
Controladora 4ª Controladoria



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
Gabinete Conselheiro Antonio José Guimarães

PROCESSO Nº : 201612042-00
NATUREZA DO PROCESSO : CONSULTA
ASSUNTO : FUNDEB
ENTIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL
MUNICÍPIO : BAIÃO
INTERESSADO : NILTON LOPES DE FARIAS-PREFEITO
REPRESENTANTE : SÉRGIO BATISTA IMBELONI-CONTADOR
EXERCÍCIO : 2016

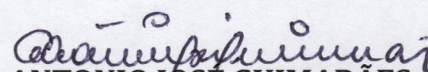
VOTO

A consulta vem formulada em tese, proposta por pessoa legítima, representante da Prefeitura Municipal de Baião, nomeado pelo Prefeito, por meio de procuração pública (fls. 03), e versa sobre matéria de competência deste Tribunal, preenchendo, portanto, os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 297, do RITCM-PA, e inciso XVI, do art. 1º da Lei Complementar nº 84/2012.

Razão porque, acompanho, na íntegra, o Relatório de Consulta nº 01/2016-4ª Controladoria, o qual adoto como resposta ao consulente, e submeto à deliberação Plenária.

É o voto.

Belém, 19 de janeiro de 2017.


ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES
CONSELHEIRO RELATOR